

process to peripheral rural areas is not being appreciated as a consequence of the impulse of online work in the context of the pandemic. But it is clearly observable a process of urban sprawl of the most important urban areas.

23 AS MUTAÇÕES DAS POLÍTICAS DE RENDIMENTO CONDICIONADO À INSERÇÃO EM TORNO DA TERRITORIALIZAÇÃO NA EUROPA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Ana Filipa Cruz Pinto*; Hermínia Gonçalves; Carlos P Marques (University of Trás-os-Montes e Alto Douro)
ana_filipa_pinto_1991@hotmail.com*; hgoncalves@utad.pt; cmarques@utad.pt

Abstract: A presente revisão sistemática da literatura tem como objetivos explorar a narrativa na literatura acerca das mutações em torno da tendência da territorialização das políticas de rendimento condicionado à inserção ao nível europeu. A recolha de dados foi realizada com recurso à plataforma Scopus, através dos termos de pesquisa 'welfare', 'social policy', 'europe' e 'activ*'. Como metodologia, foi utilizada a análise bibliométrica, com recurso ao instrumento informático Vosviewer. A literatura analisada indica que a descentralização do acompanhamento das políticas de rendimento condicionado à inserção é uma tendência nos países europeus, embora em níveis de implementação diferenciados. Outra conclusão da literatura recai sobre os possíveis efeitos dessa territorialização, por um lado, tende a diminuir os custos com a proteção social ao facilitar o processo de acompanhamento e de controle de proximidade, por outro lado, essa abordagem bottom-up, de workfare a partir da proximidade, permanece refém das diferentes oportunidades e condições reais de inserção socioprofissional dos territórios. Quanto aos resultados da análise bibliométrica indicam um crescimento do número de publicações e de citações nas últimas duas décadas, sendo a Europa que detém a maior percentagem de publicações. As revistas cujos artigos possuem maior índice de citação e de co-citação pertencem às áreas das ciências sociais. Foi possível detetar uma interligação forte entre autores, fontes e cocorrência de palavras-chave.

24 TERRA COMUNITÁRIA EM PORTUGAL: NOVA DINÂMICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Claiton Jose Mello (UTAD)*
claiton.mello@gmail.com*

Abstract: O artigo proposto tem o objetivo de perceber o tema da terra comum rural, espaço conhecido em Portugal como terra comunitária ou baldio, para relacionar este tipo de território com a perspetiva do desenvolvimento do interior do país, correspondente às áreas caracterizadas como rural de baixa densidade. Conforme inquérito realizado em 2000, existem 820 baldios nas regiões centro e norte de Portugal, onde habitam 406,7 mil portugueses e que usufruem desses territórios (Baptista, 2010, p. 27). Tais comunidades enfrentam o desafio de encontrar soluções a esse tipo de território, que é caracterizado pelo envelhecimento populacional, despovoamento, fraca dinâmica económica, como também pelas ameaças constantes de incêndios florestais (Baptista, 2018).

A terra comum é constituída por espaços territoriais rurais no interior dos países, habitados por comunidades originárias ou herdeiras desses territórios seculares, não sendo propriedade privada, nem mesmo propriedade estatal, mas sim propriedade comunitária, conforme Lei Constitucional em Portugal (Bica et al., 2018).

A perspetiva de revitalização desses territórios pelas comunidades, a exemplo de experiências estudadas por Hespanha (2017), ou a capacidade de valoração económica de seus bens e serviços ambientais (Lopes, 2018, pp 94-95), aliada a perspectiva de políticas e investimentos públicos discutidos e implementados em conjunto com os sujeitos sociais nos territórios, pode trazer uma nova configuração aos baldios e contribuir para um novo porvir para o desenvolvimento rural.

Neste artigo, uma revisão sistemática de literatura será apresentada, a partir da base de dados Scopus, para focalizar as problemáticas sociais, económicas e ambientais vinculadas à terra comum. Em seguida, os aspectos da realidade dos baldios portugueses em sua dinâmica organizativa e de governança de seus territórios (Skulska et al., 2020) serão analisados e confrontados com o quadro conceptual de análise de sistemas sócio-ecológicos (SEs) proposto por Ostrom (2009), para o estabelecimento de um quadro hipotético de aplicação da estrutura analítica multinível sobre os baldios.

A busca pelo desenvolvimento territorial de terras comuns em áreas rurais está perpassado pelos desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável (ONU, 2018), porém, ainda prevalecem teses que defendem a necessidade da privatização desses territórios, para exploração e controlo privado dos recursos. No entanto, os processos históricos e a análise apresentados neste artigo apontam para a capacidade de resistência e governança sustentável das terras comuns pela própria comunidade local e por suas organizações.

Referências

- Baptista, F. O. (2010). O espaço rural. Declínio da agricultura. Celta.
- Baptista, F. O. (2018). Rural e floresta, caminhos por definir. In O rural depois do fogo (pp. 45–60). ESAC/SPER.
- Bica, A., Carvalho, A., & Gralheiro, J. C. (2018). Breve enquadramento histórico e jurídico em áreas comunitárias. Federação Nacional dos Baldios (BALADI).
- Hespanha, P. (2017). O papel dos baldios na revitalização das comunidades rurais. Imprensa Da Universidade de Coimbra, 337–361. https://doi.org/https://doi.org/10.14195/978-989-26-1343-7_18.
- Lopes, L. F. G. (2018). Serviços ecossistémicos nos Baldios de Portugal Continental. In Associativismo em áreas comunitárias (pp. 85–102). Federação Nacional dos Baldios (BALADI).
- ONU (2018). Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. In Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. www.unric.org/pt.
- Ostrom, E. (2009). A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. Science, 325, 419–422. <https://doi.org/10.5055/jem.2013.0130>.
- Skulska, I., Montiel-Molina, C., & Rego, F. C. (2020). The role of forest policy in Mediterranean mountain community lands. In Journal of Rural Studies (Vol. 80, pp. 490–502). <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.10.033>.

Nota: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04011/2020.

25 RETHINKING GARDENS AND PUBLIC PARKS (GPP) BEYOND GREENNESS: AN INTEGRATED PERSPECTIVE ABOUT GPP ECOSYSTEM SERVICES IN CITIES

Diogo G Vidal (University Fernando Pessoa)*
diogoguedesvidal@hotmail.com*

Abstract: Increased urbanization carries socioenvironmental challenges that may be tackled by promoting green spaces as safeguards of sustainability and of the connection between users and the biosphere – reducing social inequalities, improving air quality, regenerating the ecosystem, and mitigating climate change impacts. Urban green spaces are the main drivers for increasing the quality of urban environments, potentializing local resilience, promoting sustainable lifestyles, as well as improving both the health and well-being of their users. The 11th goal of the 2030 United Nations Agenda for Sustainable Development states that societies must ensure universal access to safe, inclusive, and fully accessible public spaces. Nevertheless, cities are unequal spaces regarding the distribution of environmental resources, resulting in environmental injustice: the most vulnerable areas in socioeconomic terms are those that mostly experience environmental vulnerability, partially due to the lack of green spaces, the intensive road traffic - resulting in poor air quality and the increase of noise pollution – and the social segregation. The fair distribution of urban green spaces must be ensured in both quantity and quality in terms of their ecosystem services: provision, regulation, support, and cultural services. Municipal leaders are the main ones responsible for the maintenance of Gardens and Public Parks (GPP). However, current evidence identifies limited knowledge about urban green infrastructure governance, since the lack of data about PUGS is the main obstacle to effective intervention. Set against this background, this study aimed to identify clusters of ecosystem services potential in 25 GPP in the city of Porto, Portugal, through a validated tool application. Multivariate techniques allowed for the identification of predictor dimensions of ecosystem services potential, environmental quality, and facilities. Five PUGS clusters were validated: i) Environmentally Empowered and Socially Expectant Spaces, ii) Socioenvironmentally Empowered Spaces, iii) Environmentally Empowered but Socially Un-dynamic Spaces, iv) Socioenvironmentally Disempowered Spaces, and v) Socioenvironmentally Unexplored Spaces. Also, ecosystem service potential differs within the city and, in some cases, results in environmental injustice situations. These results are useful in the design of place-based intervention in PUGS, contributing to the increase of ecosystem services potential and in the improvement of urban environment quality and sustainability. Furthermore, instead of focusing on political-administrative jurisdictions, this methodological approach allows gains in scale and enhances ecosystem services potential at a municipal level.

26 DESPOVOAMENTO E DESIGUALDADES TERRITORIAIS: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E RESPONSABILIDADE DO PODER LOCAL

Maria Antónia P Almeida (ISCTE-IUL)*

mafpa@iscte-iul.pt*

Abstract: Fruto de um movimento demográfico em direção às cidades do litoral e ao estrangeiro, com maior intensidade nos anos sessenta do século XX, o despovoamento rural tomou conta da paisagem do interior de Portugal. Ainda no Estado Novo foram postos em prática programas para impulsionar a economia e a indústria e para fixar as populações nos territórios rurais, entre eles as campanhas do trigo, os planos de colonização interna, os projetos de hidráulica agrícola e a reflorestação. Nenhum deles impediu o êxodo rural com destino a melhores condições de vida e salários mais atraentes. Nas últimas décadas as grandes cidades, e sobretudo os seus subúrbios, assistiram a um crescimento exponencial, enquanto nas zonas rurais, que ocupam 80% do território, atualmente apenas reside 20% da população do país.

A globalização e a deslocalização das indústrias reduziram ainda mais a oferta de emprego, com consequências graves para a população que ainda resiste a viver longe dos grandes centros e que se encontra na sua maioria desligada da agricultura como principal atividade. Depois de anos de construções rodoviárias e aplicação de fundos comunitários em infraestruturas municipais, a falta de população, e particular jovem, tornou-se notória nas vilas e aldeias de Portugal.

Perante esta realidade, os sucessivos governos elaboraram planos de coesão territorial e desenvolvimento sustentável cuja concretização não teve resultados práticos na maior parte dos casos. Em simultâneo, os municípios esforçam-se por reverter o despovoamento com estratégias de atração para pessoas e empresas. Pela sua proximidade às populações, é no poder local que recai a responsabilidade de consolidar as condições para garantir a qualidade de vida dos seus munícipes e a defesa dos seus territórios, assim como identificar e criar incentivos para que as suas populações vivam e trabalhem, sem sentirem necessidade de emigrar. As ações mais divulgadas incidem sobre a educação e integração dos jovens, formação profissional, assistência aos mais velhos e situações de carência, e especialmente no turismo e na valorização do património, que assumiu novas definições e tipologias. Numa era marcada pela forte mediatização do ambiente e dos seus problemas, valoriza-se o património cultural e natural como recurso mercantil (Guimarães, 2018). A preocupação mais evidente é a construção de marcas locais, certificações, redescoberta do artesanato, da gastronomia, das tradições populares e da natureza. Os festivais de verão são inevitáveis. Porém, nenhuma destas ações consegue contrariar a falta de emprego, o desinvestimento público e privado e a falta de serviços básicos, como a água, a eletricidade, as comunicações, o ensino, os cuidados de saúde. A vontade de muitos profissionais se mudarem para o interior, mantendo os seus trabalhos à distância, não resiste à fraca cobertura da net e aos deficientes serviços que lá encontram.

Recentemente sentiu-se o excesso de turismo, especialmente em Lisboa e Porto, onde os bairros mais tradicionais foram transformados em parques temáticos e os residentes foram afastados, quando as rendas e valores imobiliários chegaram aos níveis das capitais mundiais. Assistiu-se a alguma renovação urbana, mas grande parte dos prédios antigos foi convertida em condomínios de luxo, hostels e Airbnb. A restauração e o comércio tradicional foram substituídos por subsidiárias de marcas internacionais.

Perante a pandemia de Covid-19, as autarquias foram obrigadas a dar respostas imediatas e diretas aos cidadãos, que ultrapassaram as indicações das autoridades de saúde e a legislação dos estados de emergência. Com a perda dos turistas, o discurso político mudou. Analisam-se as novas posturas e estratégias do poder local para responder aos problemas económicos e sociais locais provocados pelo confinamento, especialmente a utilização dos websites e redes sociais, que se tornaram veículos para aumentar a legitimidade e a confiança.

27 POCTEP: 30 ANOS DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

Miguel Viegas (Universidade de Aveiro)*; **Jan Wolf** (UI-GOVCOPP, GETIN_UA, Universidade de Aveiro); **João Marques**; **Paulo Batista** (Universidade de Aveiro)

mlbv@ua.pt*; jwolf@ua.pt; jjmarques@ua.pt; pauloricardolb@ua.pt

Abstract: O Interreg, também conhecido por Cooperação Territorial Europeia, constitui o programa desenhado especificamente pela União Europeia para apoiar a cooperação transfronteiriça. Celebrou em 2020 três décadas de existência. Desde 1990, o Interreg financiou milhares de projetos e iniciativas destinadas a eliminar barreiras e aproximar pessoas que partilham uma fronteira comum. O Interreg já concluiu cinco períodos de programação sucessivos: INTERREG I (1990-1993), INTERREG II (1994-1999), INTERREG III (2000-2006), INTERREG IV (2007-2013) e INTERREG V (2014-2020).

A cooperação transfronteiriça apoia a cooperação entre regiões NUTS III de pelo menos dois Estados-Membros diferentes situados diretamente nas fronteiras ou adjacentes às mesmas. A aplicação dos apoios do Interreg aos territórios fronteiriços da península ibérica realiza-se através dos Programas de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP). O Espaço Transfronteiriço de